


SEI: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES DO GOVERNO FEDERAL**SEI: AN INTEGRATIVE REVIEW OF THE FEDERAL GOVERNMENT'S ELECTRONIC INFORMATION SYSTEM** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.029-010>**Antonio Ismael Lopes de Sousa**

Doutorando em Linguística e Literatura, pela Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT
Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Maranhão -UEMA. Assistente em
Administração na Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCBL), Balsas, Maranhão, Brasil
E-mail: antonio.ismael@ufma.br

Lucas Arruda Santiago

Mestrando em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande
do Sul (UNIJUÍ). Assistente em Administração na Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCBL),
Balsas, Maranhão, Brasil
E-mail: lucas.santiago@ufma.br

Maria da Consolação Coelho Rocha

Mestranda em Linguística e Literatura, pela Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT
Bibliotecária Documentalista na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Centro de Ciências de
Balsas (CCBL/MA)
E-mail: consolacao.maria@ufma.br

Rafael Ramos Campos

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA. Pedagogo na Universidade
Federal do Maranhão (UFMA/CCBL), Balsas, Maranhão, Brasil
E-mail: rafael.rc@ufma.br

Gilliard Ribeiro dos Santos

Especialista em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Maranhão-IFMA. Bacharel em Ciência
e Tecnologia pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Assistente em Administração na
Universidade Federal do Maranhão (UFMA/CCBL), Balsas, Maranhão, Brasil
E-mail: gilliard.ribeiro@ufma.br

RESUMO

Desde 2013, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é a solução oficial do Governo Federal para a produção e a gestão de documentos e processos administrativos em meio eletrônico, tendo sido desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e disponibilizado gratuitamente às instituições públicas, com a finalidade de promover maior eficiência administrativa. Nesse contexto, o presente trabalho busca identificar, por meio de revisão integrativa de literatura, as abordagens realizadas sobre o sistema em questão, e com relação direta com atos e/ou práticas desenvolvidas no âmbito do serviço público federal. Para tanto, pesquisou-se por trabalhos científicos envolvendo o tema, nas bases de dados do Periódicos CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre novembro de 2025 e janeiro de 2026. A pesquisa foi norteada por dois descritores associados: “Sistema Eletrônico de Informações (SEI)” e “Governo Federal”, com o intuito de localizar e selecionar trabalhos escritos apenas



em Língua Portuguesa e que cuja realização não decorresse de revisão de literatura. Após a seleção e a análise dos dados, concluiu-se que há um consenso entre os trabalhos pesquisados no reconhecimento da significativa contribuição do uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para práticas que vão desde a transparência, passando pela gestão de documentos, até a promoção de maior eficiência administrativa.

Palavras-chave: Informação; Sistema; Transparência; Processos; Eficiência.

ABSTRACT

Since 2013, the Electronic Information System (SEI) has been the official solution of the Federal Government for the production and management of administrative documents and processes in electronic format. It was developed by the Federal Regional Court of the 4th Region (TRF-4) and made available free of charge to public institutions, with the aim of promoting greater administrative efficiency. In this context, this work seeks to identify, through an integrative literature review, the approaches taken regarding the system in question, and its direct relation to acts and/or practices developed within the scope of the federal public service. To this end, scientific works involving the topic were searched in the CAPES Periodicals and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) databases, between November 2025 and January 2026. The search was guided by two associated descriptors: "Electronic Information System (SEI)" and "Federal Government", with the aim of locating and selecting works written only in Portuguese and whose execution did not result from a literature review. After selecting and analyzing the data, it was concluded that there is a consensus among the researched works in recognizing the significant contribution of the use of the Electronic Information System (SEI) to practices ranging from transparency and document management to the promotion of greater administrative efficiency.

Keywords: Information; System; Transparency; Processes; Efficiency.



1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os esforços de modernização e a busca por maior eficiência na prestação de serviços públicos despertaram para a necessidade de sistemas gerenciais mais robustos e com melhor desempenho. Nessas circunstâncias, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) surge como uma das soluções mais significativas implementadas até então pelo Governo Federal, naquilo que se refere à gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos.

Nessa seara, o presente trabalho busca identificar, por meio de revisão integrativa de literatura, as abordagens realizadas sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e com relação direta com atos e/ou práticas desenvolvidas no âmbito do serviço público federal. Para tanto, pesquisou-se por trabalhos científicos envolvendo o tema, nas bases de dados do Periódicos CAPES¹ e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações² (BDTD), entre novembro de 2025 e janeiro de 2026.

Com norte na seguinte questão: “quais as principais abordagens já realizadas acerca do SEI, relacionadas diretamente a ações do Governo Federal?”, buscou-se, nas bases de dados acima citadas, por trabalhos publicados sobre o assunto, escritos em Língua Portuguesa (Brasil). A pesquisa teve como base dois descritores associados: “Sistema Eletrônico de Informações (SEI)” e “Governo Federal”, com o intuito de localizar e selecionar trabalhos escritos apenas em Língua Portuguesa e que cuja realização não decorresse de revisão de literatura. Após a seleção e a análise dos dados, concluiu-se que há um consenso entre os trabalhos pesquisados no reconhecimento da significativa contribuição do uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para práticas que vão desde a transparência, perpassando pela gestão de documentos, até a promoção de maior eficiência administrativa.

2 O SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

Implementado em 2013, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) vem se consolidando como um dos sistemas mais promissores do Governo Federal (e das demais esferas da Administração Pública), exatamente por apresentar um alto desempenho e uma boa performance naquilo a que se propõe. Conforme definição do Manual do Usuário³ (Brasil, s/d, p. 7), o SEI é

¹ Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>, acesso: 30 dez. 2025.

² Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>, acesso: 30 dez. 2025.

³ Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/acesso-a-informacao/sei/manual_do_usuario_sei.pdf, acesso: 29 dez. 2025.



um sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos, com interface amigável e práticas inovadoras de trabalho. Uma das suas principais características é a libertação do papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de novos eventos em tempo real. O é um dos produtos do projeto Processo Eletrônico Nacional⁴ (PEN), iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da Administração Pública, com o intuito de construir uma infraestrutura pública de processos e documentos administrativos eletrônicos. Coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PEN proporciona a integração de diferentes esforços que já estavam em curso no âmbito do Governo Federal e possibilita melhorias no desempenho dos processos da Administração Pública, com ganhos em agilidade, produtividade, transparência e satisfação do público usuário e redução de custos. A intenção do projeto é disponibilizar uma solução flexível o bastante para ser adaptada à realidade de órgãos e entidades da Administração Pública de diferentes áreas de negócio. A solução será disponibilizada no Portal do Software Público do Governo Federal. O SEI é uma ferramenta que permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema, proporcionando a virtualização de processos e documentos, permitindo atuação simultânea de várias unidades ao mesmo tempo em um mesmo processo, ainda que distantes fisicamente, reduzindo o tempo de realização das atividades.

A ideia do PEN é, portanto, implementar, nas várias esferas da administração pública (federal, estadual e municipal) um sistema capaz de levar agilidade à tramitação de processos, ao passo que também reduz gastos com os materiais que seriam utilizados na versão física desses processos. Como explica Saraiva⁵ (2018, p. 1), além de permitir maior agilidade ao trâmite dos processos, uma vez que prescinde do papel como suporte físico para documentos institucionais, o SEI também gera economia em termos “de aquisição e guarda de papéis e documentos, serviços de postagem, material de escritório como um todo; além de melhorar substancialmente a gestão dos processos e garantir maior transparência aos registros administrativos”.

O estudo de Saraiva (2018) também mediu o desempenho do SEI durante o período de 2014 e 2015, concluindo que, em todos os órgãos nos quais o sistema foi implementado, houve uma significativa economia. Além disso, Saraiva (2018, p. 9) destaca que

⁴ De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o Processo Eletrônico Nacional – PEN “é uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico, que visa à obtenção de substanciais melhorias no desempenho da gestão processual, com ganhos em agilidade, produtividade, satisfação do público usuário e redução de custos. A gestão do PEN é da competência da Secretaria de Gestão e Inovação, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, coordenado pela Diretoria de Informações, Serviços e Sistemas de Gestão (DTGES), conforme o disposto no art. 20, do Decreto nº 12.102, de 8 de julho de 2024, e é resultado da integração de diferentes esforços que estavam em curso no âmbito do Governo Federal” (BRASIL, s/d). Ainda de acordo com o MGI, o uso desses serviços de inovação são aplicáveis a Órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional; Estatais Federais; Estados; Municípios; Distrito Federal; Consórcios Intermunicipais. Para aprofundar sobre esse tema, cf. BRASIL. **Processo Eletrônico Nacional – PEN**, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/informacoes-sistemas-e-servicos-de-gestao/processo-eletronico-nacional/conteudo/processo-eletronico-nacional-pen/processo-eletronico-nacional-pen>, acesso: 30 dez. 2025.

⁵ Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3455>, acesso: 2 jan. 2026.

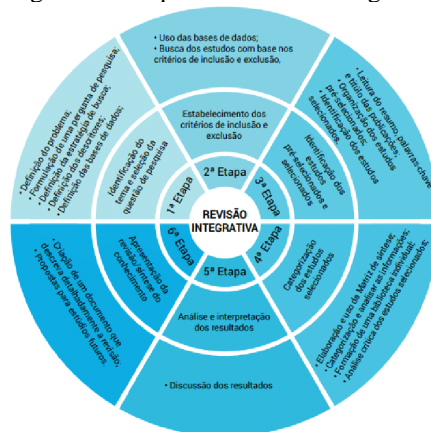
a iniciativa de um processo eletrônico nacional tem como meta alcançar estados e municípios, contudo, isso exige um esforço de maior monta, o que consequentemente demanda um aumento de equipe, para dar conta do processo. Hoje já é feita uma articulação junto aos estados, mas de forma ainda não prioritária. Ainda há muito a ser feito no que se refere à implantação do SEI na administração pública federal. É necessário não apenas continuar a expandir o seu uso até chegar a 100% de cobertura, como também é fundamental que se mantenha bem coordenado o processo de aprimoramento do software, incorporando novas funcionalidades, sempre adotando uma estratégia colaborativa entre os desenvolvedores e o TRF4.

Também em sentido semelhante, em relação à implementação do SEI em uma universidade federal, Farias et al. (2020, p. 198-199) chegaram à conclusão de que a maioria dos servidores da área de gestão de pessoas aprova/apoia a utilização do Sistema Eletrônico de Informações e que ficou “evidenciado que, apesar de apresentar significativas mudanças na forma de trabalho e nas rotinas da área, a implantação do SEI e a consequente informatização dos processos foi benéfica”. Outras mudanças benéficas, como mais agilidade e controle nos processos, acompanhamento em tempo real dos processos, maior controle do trabalho aos servidores da área de gestão de pessoas, bem como maior segurança na execução do trabalho e na rastreabilidade do processo, também foram constatadas no estudo de Farias et al. (2020). Tal fato demonstra que, em todas as áreas para as quais foi projetado, o SEI mostrou desempenho adequado.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura que, conforme definem Sousa, Silva e Carvalho (2010, p. 102), é “um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”. Realizada sob tema: “SEI: uma revisão integrativa sobre o Sistema Eletrônico de Informações do Governo Federal”, procurou-se por pesquisas em dois bancos de dados: Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As etapas desta pesquisa foram desenvolvidas com base nas orientações apresentadas por Souza; Silva e Carvalho (2010). Para alcançar os resultados, seguiu-se os caminhos indicados na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Etapas da Revisão Integrativa



Fonte: Adaptado de Souza, Silva e Carvalho, 2010.

A busca pelos trabalhos se deu com a utilização de dois descritores, dispostos de modo associado, no campo de pesquisa das plataformas citadas anteriormente, na seguinte ordem: “Sistema Eletrônico de Informações (SEI) + Governo Federal”. A pesquisa ocorreu entre novembro de 2025 e janeiro de 2026.

Foram incluídos nesta pesquisa, todos os trabalhos que estava de acordo com os seguintes requisitos:

- i. Realizados via pesquisa de campo ou bibliográfica no Brasil;
- ii. Escritos em Língua Portuguesa (Brasil); e
- iii. Que contemplavam integral ou majoritariamente o tema: “Sistema Eletrônico de Informações (SEI) + Governo Federal”.
- iv. No formato de Artigos, Dissertações e Teses.
- v. Cuja publicação tenha ocorrido a partir de 2013.

Acerca dos critérios de exclusão, os seguintes parâmetros foram adotados:

- i. Trabalhos de Revisão Integrativa de Literatura;
- ii. Cuja publicação tenha ocorrido antes de 2013; e
- iii. Realizados no Brasil, mas apenas com o resumo escrito em Português (Brasil) e as demais partes escritas em outros idiomas.

Já no que se refere à recusa, ignorou-se todos os trabalhos encaixados nas seguintes circunstâncias:

- i. Que não abordavam, integral ou majoritariamente, assuntos envolvendo o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), associado a ações do Governo Federal;
- ii. Realizados nos formatos de revisão sistemática e resenhas e Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação;
- iii. Realizados no Brasil, mas escritos em outros idiomas distintos do Português.
- iv. Cuja associação entre o SEI e Governo Federal não tenha sido vislumbrada por ocasião da leitura do Resumo, da Introdução e do Sumário do Trabalho.

Por último, importa destacar que nos eventuais casos em que um determinado trabalho constasse em ambas as plataformas e que foram, por algum motivo, duplicados, a listagem ficou restrita apenas à descoberta inicial, isto é, o trabalho que foi listado primeiro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No banco de dados do Periódicos CAPES, a pesquisa utilizando os descritores “Sistema Eletrônico de Informações (SEI) + Governo Federal” localizou 17 (dezessete) trabalhos que abordavam o tema de forma direta ou indireta. Desse total, 5 (cinco) foram selecionados para análise (todos na modalidade artigo científico) e 12 (doze) foram ignorados, pelo fato de que não abrangiam o SEI em correlação com alguma instituição do Serviço Público Federal.



Já na BDTD, com os mesmos descritores acima citados, a busca retornou 27 (vinte e sete) resultados. Desses, 11 (onze) foram selecionados e 16 (dezesesseis) foram ignorados. Dos trabalhos selecionados, 9 (nove) se trata de Dissertação de Mestrado e 2 (dois) de Tese de Doutorado.

No Quadro 1 (abaixo), estão listadas as quantidades de Referências Localizadas e/ou Ignoradas, no Periódicos CAPES e na BDTD.

Quadro 1 – Quantidade de Referências Localizadas e/ou Ignoradas

Quantidade Localizada	Plataforma	Quantidade Ignorada	Quantidade Excluída
27	BDTD	16	0
17	Periódicos CAPES	12	0

Fonte: Periódicos CAPES e BDTD (2025/2026).

Já no Quadro 2 (abaixo), estão apresentadas as referências encontradas no Periódicos CAPES, acrescidas de link de acesso e palavras-chave. Destaca-se, ainda, que os trabalhos estão disponibilizados na mesma ordem em que foram localizados, listados com uma letra e um número, que indicam a modalidade de trabalho e a ordem de localização. Nesse caso, “D” indica Dissertação e “T”, Tese.

Quadro 2 – Referências incluídas pela BDTD

Nº	Referências / BDTD
D1	FARIAS, Dailton Albuquerque de. Avaliando os fatores de sucesso de um sistema de governo eletrônico : um estudo empírico sob a ótica dos servidores de uma universidade. 2022. 100 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/43786 . Palavras-chave: Governo Eletrônico; Sistema Eletrônico de Informações (SEI); Sucesso de Sistema de Informação; Adaptação de Escala.
T1	SANTOS, Nathália de Melo. Governo eletrônico : relação entre inovação e desempenho no serviço público. 2019. 304 f., il. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/37648 . Palavras-chave: e-gov. Inovação em Serviços. Administração Pública. Serviço Público. eserviço.
D2	ROMARO, Ubirajara Costabile. Os efeitos da adoção do processo eletrônico na Anatel sob a ótica dos custos de transação . 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia e Mercados) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26428 . Palavras-chave: Governo Eletrônico. SEI. Processo Eletrônico Nacional.
D3	COSTA, Arlene Xavier Santos. Pen-sei : a implantação do processo eletrônico nacional através do sistema eletrônico de informações na Universidade Federal de Juiz de Fora. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18194 . Palavras-chave: PEN-SEI. IFES. UFJF. Políticas públicas da educação. Governança. Políticas públicas de informação. Documentos digitais. Processo eletrônico. Gestão arquivística de documentos digitais. Arquivologia.
D4	TAMEGUSHI, Mirele Lie. Inovação no setor público : percepção de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) por servidores da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSCar. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de



	São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/13882 . Palavras-chave. Inovação organizacional, Gestão Eletrônica de Documentos, Universidade Federal de São Carlos.
D5	LEGEMANN, Tais Dias. Adoção do sistema eletrônico de informações em universidades : uma análise a partir da teoria da estruturação. 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Instituto de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. Disponível: http://repositorio.furg.br/handle/1/10447 . Governo Eletrônico, Teoria da Estruturação, Modelo de Estruturação da Tecnologia, Sistema Eletrônico de Informações.
D6	PERONIO, Henrique Garcia. Fatores críticos para a implementação do sistema eletrônico de informações em organizações públicas : um estudo sob a ótica conceitual da technology, organization and environment (TOE). Dissertação apresentada ao Mestrado em Administração da Unipampa. Santana do Livramento: Unipampa, 2023. Disponível em: https://repositorio.unipampa.edu.br/handle/riu/8387 . Palavras-chave: Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Sistema de Informação (SI), Difusão da Inovação (DOI), Aceitação e uso de Tecnologia, Technology, organization and environment (TOE).
D7	SILVESTRO, Rudinei. Adoção de um sistema de governo eletrônico em uma universidade pública : uma exploração de fatos, percepções e eficácia da implantação. 2020. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5210 . Palavras-chave: Sistemas de informação gerencial. Tecnologia da informação. Programa. Governo Eletrônico (Brasil). Comunicação nas organizações. Administração pública.
D8	SILVA, Rodrigo Barbosa da. Processo eletrônico no Brasil : um estudo sobre facilitadores, inibidores e benefícios da sua adoção. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Administração, Instituto de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018. Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/7907 . Palavras-chave: Facilitadores, Benefícios, Processo eletrônico, Adoção, PLS, TI, SI.
T2	PAIVA, Liz Denize Carvalho. Avaliação Institucional e os Desafios da Avaliação Formativa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia . 2018. 266 f.. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2018. Disponível em: https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9950 . Palavras-chave: Avaliação Institucional, Avaliação Formativa, Sinaes, Instituto Federal.
D9	SILVA, Priscila Marcondes da. O patrimônio documental como fonte de conhecimento : para a conservação do acervo do LabDoc/UFRRJ. 2019.175 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade) - Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2019. Disponível em: https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/14378 . Palavras-chave: Patrimônio documental; Digitalização; LabDoc – UFRRJ.

Fonte: BDTD (2025/2026).

O Quadro 3 (a seguir), apresenta as referências localizadas e selecionadas a partir do Periódicos CAPES. No referido banco de dados, o uso dos descritores “Sistema Eletrônico de Informações (SEI) + Governo Federal” retornou 17 (dezessete) resultados, mas somente 5 (cinco) foram selecionados. As referências selecionadas (todas na modalidade artigo, indicadas com a letra “A”) estão listas no Quadro 3, abaixo:



Quadro 3 – Referências incluídas pelo Periódicos CAPES

Nº	Referências / Periódicos CAPES
A1	GAMA, JR e RODRIGUES, GM. . Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações financeiras nas universidades federais brasileiras. Transinformação , 28 (1), 47–57, GM, 2016. https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800004 . Palavras-chave: Acesso à informação; Informação contábil; Informação pública; Transparência; Universidades Públicas Federais.
A2	ANGELI, Alzira Ester. TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO: QUEM É O CIDADÃO QUE DEMANDA A ABERTURA DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL?. Revista Eletrônica de Ciência Política , [S. l.], v. 7, n. 2, 2016. DOI: 10.5380/recp.v7i2.48648. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/48648 . Palavras-chave: Governo Aberto, Transparência, Acesso à Informação, Abertura de Informações, Lei de Acesso à Informação.
A3	MALIN, Ana Maria Barcellos et. al. Covid-19: acesso à informação pública no Brasil – Relatório de Pesquisa. Liinc , v. 16, n. 2, 2020. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5370 . Palavras-chave: COVID-19, Lei de Acesso à Informação, Auxílio Emergencial, Transparência, Brasil.
A4	FERREIRA RESENDE JÚNIOR, S.; LOPES LEITE, L. Uma investigação de questões de usabilidade no Software de Gestão de Processos Administrativos do Governo Federal do Brasil. iSys - Revista Brasileira de Sistemas de Informação , [S. l.], v. 1, pág. 6:1 – 6:39, 2024. DOI: 10.5753/isys.2024.4141. Disponível em: https://journals-sol.sbc.org.br/index.php/isys/article/view/4141 . Palavras-chave: Governo eletrônico, Sistema eletrônico de informação, Usabilidade, Escala de usabilidade do sistema, Avaliação heurística.
A5	COSTA, J. C. S. da; SOUZA, C. G. de. O Modelo e-ARQ Brasil e os Sistemas de Informações Utilizados pelas Instituições Federais de Ensino no País. Cadernos de Prospecção , [S. l.], v. 14, n. 3, p. 768, 2021. DOI: 10.9771/cp.v14i3.36213. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/36213 . Palavras-chave: e-ARQ Brasil, Sistema informatizado de informações, Método Survey.

Fonte: Periódicos CAPES (2025).

Como indicam os quadros acima, nos últimos 12 anos, houve um considerável aumento nos estudos que abordam os sistemas de informações no setor público. As abordagens em questão apresentam várias perspectivas, que vão desde a avaliação da efetividade do sistema SEI, perpassando por ideias sobre inovação na Administração Pública, até a transparência e o perfil do usuário do sistema em questão. De fato, conforme definido no Manual do Usuário (Brasil, s/d, p. 8-9), o SEI é uma ferramenta que permite a produção, edição, assinatura e trâmite de documentos dentro do próprio sistema, “proporcionando a virtualização de processos e documentos, permitindo atuação simultânea de várias unidades ao mesmo tempo em um mesmo processo, ainda que distantes fisicamente, reduzindo o tempo de realização das atividades”, e tem como principais facilidades:

- Portabilidade:** 100% Web e pode ser acessado por meio dos principais navegadores do mercado: Internet Explorer, Firefox e Google Chrome;
- Acesso Remoto:** em razão da portabilidade já mencionada, pode ser acessado remotamente por diversos tipos de equipamentos, como microcomputadores, notebooks, tablets e smartphones



de vários sistemas operacionais (Windows, Linux, IOS da Apple e Android do Google). Isto possibilita que os usuários trabalhem a distância;

- c. **Acesso de usuários externos:** gerencia o acesso de usuários externos aos expedientes administrativos que lhes digam respeito, permitindo que tomem conhecimento do teor do processo e, por exemplo, assinem remotamente contratos e outros tipos de documentos;
- d. **Controle de nível de acesso:** gerencia a criação e o trâmite de processos e documentos restritos e sigilosos, conferindo o acesso somente às unidades envolvidas ou a usuários específicos;
- e. **Tramitação em múltiplas unidades:** incorpora novo conceito de processo eletrônico, que rompe com a tradicional tramitação linear, inerente à limitação física do papel. Deste modo, várias unidades podem ser demandadas simultaneamente a tomar providências e manifestar-se no mesmo expediente administrativo, sempre que os atos sejam autônomos entre si;
- f. **Funcionalidades específicas:** controle de prazos, ouvidoria, estatísticas da unidade, tempo do processo, base de conhecimento, pesquisa em todo teor, acompanhamento especial, modelos de documentos, textos padrão, sobrestamento de processos, assinatura em bloco, organização de processos em bloco, acesso externo, entre outros;
- g. **Sistema intuitivo:** estruturado com boa navegabilidade e usabilidade.

Também nessa direção, o estudo de Legemann (2019, p. 132) acerca da implantação do SEI em universidades federais chegou à conclusão de que, dentre os principais benefícios proporcionados pelo sistema, os mais comentados pelas instituições “foram referentes à celeridade dada aos processos – com a possibilidade de acessá-los a qualquer momento – e à economia de recursos, principalmente, em relação à impressão e ao transporte de documentos”, bem como as questões relacionadas acerca da transparência e da “ampliação do acesso às informações, as quais facilitam o andamento dos processos de trabalho”. Ainda de acordo com Legemann (2019, p. 133), as consequências mais destacadas por ocasião da implantação do sistema “foram em relação ao processo de mudança de cultura, ao aumento do controle organizacional, à reestruturação do trabalho e à segurança das informações cadastradas no SEI”.

Em sentido semelhante, acerca dos benefícios do SEI para as instituições públicas, Santos (2019, p. 175) destaca que os principais são: “Segurança de processos e trâmites administrativos, Tramitação em múltiplas unidades, Acesso remoto e portabilidade, Acesso de usuário externo, Qualidade do serviço, Níveis de acesso, Prazo para pendências, Espaço físico, Compartilhamento do conhecimento, Satisfação do usuário e Críticas”.

Feitas essas considerações, o Quadro 4 (abaixo), apresenta-se as principais temáticas em destaque nos trabalhos selecionados, bem como a(s) referência(s) em que é (são) mais recorrente(s).



Quadro 4 – Temáticas em destaque em “Sistema Eletrônico de Informações (SEI) + Governo Federal” e referências sugeridas

Temáticas	Referências sugeridas
Inovação, sucesso e adaptação institucional a partir do SEI	D1, D2, D3, D4, D5, A3 e A4
Adoção, implementação e avaliação do SEI	T1, D2, D3, D5, D7, D8, T2, A3, A4 e A5
O SEI como instrumento estratégico para a modernização administrativa, a digitalização de processos, a redução de custos e o aumento da eficiência e da transparência na gestão pública	D1, D4, D6, D7, A1, A2 e A5
Os impactos institucionais e econômicos do processo eletrônico	D2, D5, D8 e A1
Gestão arquivística, à preservação documental e às políticas públicas de informação	T1, T2, A4 e A5
Demanda social por transparência e acesso à informação	A1, A2, D1, D5 e D9
Acesso à informação pública em contexto de crise	A3
Dimensão tecnológica e operacional do governo eletrônico	A4
Aderência dos sistemas de informação utilizados pelas Instituições Federais de Ensino ao modelo e-ARQ Brasil	A5
O SEI como facilitador dos processos administrativos no serviço público	Todas as referências

Fonte: Periódicos CAPES e BDTD (2025).

Para além das temáticas específicas citadas no quadro acima, importa destacar que todas as referências incluídas neste trabalho tratam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como uma das iniciativas que mais agregaram valor, celeridade, eficiência, economia e uma série de fatores relevantes para a Administração Pública que, por extensão, resultam também em benefícios aos cidadãos. Além disso, do reconhecimento da robustez do sistema SEI, outro fator que chama a atenção, e que realça ainda mais a sua importância para o serviço público, é o fato de que todas as abordagens acerca desse sistema sempre atrelam essa ferramenta à ampliação do controle social e ao aumento da transparência, inclusive com funcionalidade semelhante a outras plataformas robustas e inovadoras e de fundamental importância para a transparência pública, como é o caso da plataforma Fala BR⁶ e o Portal da Transparência do Governo Federal⁷ e as ações que integram o Processo Eletrônico Nacional (PEN), a exemplo do Protocolo Integrado, Tramita Gov.Br, Número Único de Protocolo, e Protocolo Gov.Br.

5 CONCLUSÃO

A Administração Pública brasileira, frente aos desafios do mundo moderno e globalizado, tem envidado esforços no sentido de conferir maior eficiência e mais qualidade aos serviços públicos prestados

⁶ O Fala.BR é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Governo Federal brasileiro, criada pela CGU, que unifica os sistemas e-Ouv e e-SIC, permitindo que cidadãos enviem manifestações (elogios, denúncias, reclamações, sugestões) e pedidos de acesso à informação a órgãos públicos de forma centralizada, acompanhando tudo em um só lugar, visando transparência e melhoria dos serviços públicos. Para mais informações, cf. BRASIL. **Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação**. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/web/home>, acesso: 30 dez. 2025.

⁷ O Portal da Transparência é “um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após ano e consolidou-se como importante instrumento de controle social, com reconhecimento dentro e fora do país”. Para mais informações, cf. BRASIL. **Portal da Transparência - Controladoria-Geral da União**. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/>, acesso: 30 dez. 2025.



aos cidadãos. Na esteira desses esforços, inovações como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) assomaram-se a outras iniciativas e, conseqüentemente, contribuíram para um serviço público mais robusto, sólido, mais fluido e com mais qualidade e eficiência.

Neste trabalho, apresentou-se uma pesquisa bibliográfica, no formato de revisão integrativa de literatura, sobre o tema “Sistema Eletrônico de Informações (SEI) + Governo Federal”. Com buscas realizadas nos bancos de dados do Periódicos CAPES e na BDTD, foi possível elencar um número razoável de trabalhos acerca do tema. Merece destaque o fato de que a totalidade dos trabalhos incluídos apresentam avaliações majoritariamente sobre o sistema SEI, isto é, trata-se de uma inovação produtiva no âmbito da Administração Pública.

Outro fator que merece destaque é o fato de que todas as referências incluídas neste trabalho tratam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como uma das iniciativas que mais agregaram valor, celeridade, eficiência, economia e uma série de fatores relevantes para a Administração Pública que, por extensão, resultam também em benefícios aos cidadãos. Acredita-se, por fim, que à medida que é implantado, utilizado e atualizado, o SEI se configura, em potencial, como umas das ferramentas mais promissoras no serviço pública, acrescentando benefícios vários não somente à Administração Pública, como também, e especialmente, aos cidadãos.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Processo Eletrônico Nacional – PEN**, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/gestaoeinovacao/informacoes-sistemas-e-servicos-de-gestao/processo-eletronico-nacional/conteudo/processo-eletronico-nacional-pen/processo-eletronico-nacional-pen>, acesso: 30 dez. 2025.

BRASIL. **Sistema Eletrônico de Informações - Manual do Usuário** – Versão 2.5.1, S/D. Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/acesso-a-informacao/sei/manual_do_usuario_sei.pdf, acesso: 29 dez. 2025.

FARIAS, L. A., DE OLIVEIRA, L. C., DE OLIVEIRA, J., & Michaloski, A. O. Implantação do sistema eletrônico de informações em uma Universidade Pública Federal: percepção dos servidores da área de gestão de pessoas. **Revista Brasileira de Administração Científica**, 11(4), 189-199. <https://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2020.004.0015>. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/rbadm/article/view/CBPC2179-684X.2020.004.0015/2357>, acesso: 2 jan. 2026.

LEGEMANN, Tais Dias. **Adoção do sistema eletrônico de informações em universidades: uma análise a partir da teoria da estruturação**. 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Instituto de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande. Disponível: <http://repositorio.furg.br/handle/1/10447>, acesso: 30 dez. 2025.

SANTOS, Nathália de Melo. **Governo eletrônico: relação entre inovação e desempenho no serviço público**. 2019. 304 f., il. Tese (Doutorado em Administração) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37648>, acesso: 30 dez. 2025.

SARAIVA, André. **A Implementação do SEI - Sistema Eletrônico de Informações**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap) - Secretaria de Gestão (SEGES/MP), 2018. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3455>, acesso: 2 jan. 2026.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. São Paulo, **Einstein**. 2010; 8:102-6. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/revisao-integrativa-o-que-e-e-como-fazer/>, acesso: 28 dez. 2025.